



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570568 - RJ (2020/0079714-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR
ADVOGADO : JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR - RJ066521
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ITALIMA SANTOS DE JESUS (PRESO)
CORRÉU : ALEX SANDRO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO DECRETO PREVENTIVO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.
Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Italimá Santos de Jesus**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que deu provimento à apelação interposta pelo *Parquet* estadual, para pronunciar o paciente e restabelecer sua prisão preventiva (fls. 78/95 – Apelação Criminal n. 0496729-35.2011.8.19.0001), mantida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca do Rio de Janeiro/RJ (fls. 48/62 – Autos n. 0496621-06.2011.8.19.0001), pela prática do crime de homicídio qualificado.

No entanto, o presente *writ* deve ser indeferido liminarmente, pois os autos não estão suficientemente instruídos, uma vez que – a despeito de ter juntado cópia de pronúncia que manteve a prisão cautelar do paciente – carecem de cópia da decisão de primeiro grau que decretou a prisão preventiva, peça indispensável para que seja possível verificar a verossimilhança das alegações.

Isso porque o *rito do habeas corpus* – e do recurso ordinário em *habeas corpus* – *pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente (precedentes), o que não ocorreu no caso*

vertente (HC n. 541.104/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 27/2/2020).

Confirmam-se julgados nesse sentido: AgRg no HC n. 552.240/PE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 27/2/2020; e HC n. 558.199/SP, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 16/3/2020.

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator